

EXPERIENCIANDO A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: O CURRÍCULO ESCOLAR

VIVIR LA EDUCACIÓN QUILOMBOLA: EL CURRICULAR ESCOLAR

EXPERIENCING QUILOMBOLA EDUCATION: THE SCHOOL CURRICULE

FONSECA, RONNYEL NUNES DE

Mestrando em Educação - UFT

E-mail: ronnyel.fonseca@uft.edu.br

GOMES, EDILENE BATISTA

Mestre em Educação - UFT

E-mail: edilenegomes@uft.edu.br

RESUMO

O enfoque deste trabalho é analisar a presença da diversidade cultural no plano de estudos escolares, explorando experiências da educação em comunidades quilombolas. O ponto de partida dessa análise é a convicção de que as escolas situadas em Comunidades Remanescentes de Quilombo-CRQ enfrentam uma grave questão de invisibilidade da diversidade cultural nos currículos. A estrutura deste estudo é dividida em três seções, a saber: a complexidade em promover uma educação multicultural nos programas escolares; a potencialidade da Educação Escolar Quilombola para integrar a diversidade cultural; e os debates contemporâneos sobre currículo e diversidade cultural. Além disso, ressaltamos que as conexões entre currículo e cultura têm se manifestado ao longo da história como formas de resistência e luta. Portanto, é inviável estudar o currículo sem considerar sua interação com a cultura.

PALAVRAS-CHAVE: : Educação Quilombola; Currículo escolar; Diversidade.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la presencia de la diversidad cultural en el currículo escolar, explorando experiencias educativas en comunidades quilombolas. El punto de partida de este análisis es la convicción de que las escuelas ubicadas en las comunidades restantes de Quilombo-CRQ enfrentan un grave problema de invisibilidad de la diversidad cultural en los planes de estudio. La estructura de este estudio se divide en tres secciones, a saber: la complejidad de promover la educación multicultural en los programas escolares; el potencial de la Educación Escolar Quilombola para integrar la diversidad cultural; y debates contemporáneos sobre el currículo y la diversidad cultural. Además, enfatizamos que las conexiones entre currículo y cultura se han manifestado a lo largo de la historia como formas de resistencia y lucha. Por tanto, es imposible estudiar el currículo sin considerar su interacción con la cultura.

PALABRAS CLAVES: Educación Quilombola, Currículum escolar, Diversidad

ABSTRACT

The focus of this work is to analyze the presence of cultural diversity in the school curriculum, exploring educational experiences in quilombola communities. The starting point of this analysis is the conviction that schools located in Quilombo-CRQ Remaining Communities face a serious issue of the invisibility of cultural diversity in the curricula. The structure of this study is divided into three sections, namely: the complexity of promoting multicultural education in school programs; the potential of Quilombola School Education to integrate cultural diversity; and contemporary debates about curriculum and cultural diversity. Furthermore, we emphasize that the connections between curriculum and culture have manifested themselves throughout history as forms of resistance and struggle. Therefore, it is impossible to study the curriculum without considering its interaction with the culture.

KEYWORDS: Quilombola Education; School curriculum; Diversity.

INTRODUÇÃO

A palavra *currículo* aparece pela primeira vez, conforme Hamilton (1992), no Oxford English Dictionary no ano de 1633, em um atestado concebido a um mestre na sua graduação, na Universidade de Glasgow, Escócia. No entanto, estudos mais aprofundados surgiram somente no final do século XIX e começo do século XX, nos Estados Unidos. Nestes primórdios, os estudos sobre o currículo tinham o objetivo de organizar o processo educativo, controlando o comportamento, conteúdos, ensinamentos e o próprio pensamento dos alunos para que não se desviassem dos padrões pré-estabelecidos pelos sistemas de ensino no qual eles estavam inseridos. À medida que as pesquisas avançam, o currículo começa a ter a incumbência de homogeneizar a sociedade com base nos princípios sociais e culturais norte americanos no período pós-guerra civil. Tudo isso para atender as demandas do processo de industrialização e urbanização vivenciados na época, bem como para se enquadrar nos padrões da classe média americana que definiam as crenças, valores, cultura e comportamentos a serem seguidos.

Diante dos pressupostos apresentados por Moreira e Silva (2008), percebemos que o currículo escolar não é um elemento neutro dentro dos sistemas de ensino. Logo, em sua construção identitária, estão imbricadas relações de poder, de dominação, visões de mundo e construções sociais/culturais de quem coloniza/domina em relação a quem é colonizado/dominado. Um exemplo prático desse aspecto do currículo na história nacional é o próprio modelo de educação empregada pelos jesuítas de Portugal na colonização do Brasil. Na ocasião, ensinavam aos indígenas a língua, a cultura e a religião portuguesa. Assim, mesmo que de forma ainda desarticulada, os colonizadores do Brasil e de outros países já empregavam práticas de ensino pautadas na homogeneização da sociedade, bem como de perpetuação de padrões sociais e culturais, que se assemelham aos aspectos que sustentam ou sustentaram o currículo na sua ideia primária.

A diversidade cultural como elemento essencial do currículo, tem gerado debates significativos no Brasil, desde as últimas décadas do século XX. Entre debates, reformulações do currículo, criação da Base Nacional Comum Curricular, dentre outras iniciativas que se apresentaram ao longo da história, pouco se viu de evolução no currículo escolar do ponto de vista prático, quanto a educação multicultural. Para além da negação dentro da grade curricular, essa realidade fica ainda mais evidente quando nos reportamos aos livros didáticos, que em tese seriam a ferramenta de exposição e compreensão dessa diversidade existente. Deste modo, a educação multicultural existe, porém é ignorada pelos sistemas de ensino, principalmente quando falamos da rede pública.

Por esse motivo o foco desse trabalho é discutir a diversidade cultural no currículo escolar, partindo de experiências da educação quilombola. A discussão parte desse ponto por acreditar que as escolas das Comunidades Remanescentes de Quilombo-CRQ, são as que mais sofrem com esse processo de invisibilidade da diversidade cultural no currículo escolar. A estrutura que fundamenta o estudo se divide em três partes, à saber, são elas: A dificuldade de estabelecer uma educação multicultural no currículo escolar; A Educação Escolar Quilombola como possibilidade de inserção da diversidade cultural e os Debates contemporâneos sobre currículo e diversidade cultural. Ademais destacamos que “as relações entre currículo e cultura se desenvolvem no decorrer da história na forma de resistência e luta. Por isso, o currículo não pode ser estudado separadamente da cultura” (CARMO; FURTADO, 2021, p. 01).

A dificuldade de estabelecer uma educação multicultural no currículo escolar

A discussão que pressupõe a abordagem do currículo escolar como possibilidade de inserção de uma educação multicultural, prescinde inegavelmente do entendimento que educação e cultura são elementos interdependentes. Mesmo sabendo que cada uma tem características específicas e peculiares, elas se interrelacionam a partir do momento em que se pensa e discute uma educação mais justa, inclusiva e igualitária. Logo, se estamos falando em senso de justiça, inclusão e igualdade, destacamos com base nas afirmações de Sacristán (1995) que o currículo precisa enfrentar e/ou superar barreiras historicamente enraizadas em seu interior. Entre outras muitas que se apresentam, a principal delas é a capacidade de reconhecer e validar a diversidade, não apenas cultural, mais de gênero, grupos étnicos, religiosa, de princípios e valores, enfim de todos esses aspectos sociais que formam a atual conjuntura da sociedade mundial. Neste sentido



Discutir a integração de minorias sociais, étnicas e culturais ao processo de escolarização constitui uma manifestação muito concreta de um objetivo mais geral: o da educação multicultural. Por outro lado, a busca de um currículo multicultural para o ensino é outra manifestação particular de um problema mais amplo: a capacidade da educação para acolher a diversidade. Partiremos da observação de que a cultura escolar não poderá, em seus conteúdos e práticas, levar em consideração e fazer com que os membros de uma minoria cultural se sintam acolhidos, se toda a cultura escolar não trata adequadamente o problema mais geral do currículo multicultural; e não se poderá chegar a esse se não se discute a questão da diversidade em geral (SACRISTÁN, 1995, p. 82).

Conforme o anteposto, o autor nos diz que é impossível integrar minorias, isto é, outras culturas e grupos étnicos se não mudar a forma com que essa diversidade existente é tratada no currículo ou na cultura escolar e sobretudo, nos outros segmentos da educação. O rompimento que se propõe através da observação da diversidade cultural no currículo escolar, trata-se, pois, de uma quebra de paradigma que coloca em oposição a concepção tradicional e a concepção crítica do currículo.

Na concepção tradicional ele se configura “num conjunto inerte e estático de valores e conhecimentos a serem transmitidos de forma não-problemática a uma nova geração” (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 26). Já a crítica vai além desse pensamento dominante e egoísta, reconhecendo o papel importante do currículo, da educação e cultura como forma de integração da diversidade, e não como ferramenta de homogeneização da sociedade. Sobre isso destacamos:

Na concepção crítica não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida as futuras gerações através do currículo. Em vez disso, a cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. Nessa visão, a cultura é o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é aquilo pela qual se luta e não aquilo que recebemos (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 27).

Nessa visão o currículo é entendido como um campo de acolhimento das demandas sociais existentes, oriundas das constantes lutas e resistência aos modelos dominantes. Portanto, abre-se um caminho para a aceitação da heterogeneidade, sobretudo, no campo da cultura. Contudo o caminho não é tão simples como aparenta.

Já na última década do século XX, Sacristán (1995) trazia a problemática da dificuldade de se estabelecer a diversidade cultural no currículo escolar. A conjuntura que fundamentava a educação em sua época não apresentava grandes possibilidades, uma vez que o paradigma existente não era tão receptivo a grandes mudanças.

A diversidade é possível apenas quando existe variedade, e o problema fundamental está no fato de que nem o currículo, nem as práticas pedagógicas, nem o funcionamento da instituição admitem, na atualidade, muita variação. Será, quando menos, mais difícil que o ensino se abra as culturas distantes daquela em que está situada se não respeita um certo multiculturalismo interno. A escola tem-se configurado, em sua ideologia e em seus usos organizativos e pedagógicos, como um instrumento de homogeneização e assimilação à cultura dominante (SACRISTÁN, 1995, p. 84).

Por assim dizer, a dinâmica da educação nos moldes que se apresentam, inviabiliza e se torna o principal entrave para a implantação de uma educação multicultural, como diz Sacristán (1995), ou diversidade cultural como trazemos no enfoque do estudo. Neste sentido, a pergunta que se apresenta e que precisa ser amplamente discutida é: Como transpor as barreiras para superação desse paradigma existente, tendo em vista um novo modelo de educação/currículo que respeite e trabalhe a variedade/diversidade? Destacamos que ao defendermos a quebra do paradigma, compreendemos que para isso seja necessária uma transformação no modelo vigente, porém, não estamos falando de uma transformação radical, isto é, de retirar tudo que está posto e preencher esse espaço vazio com tudo novo. Ao contrário, apontamos que para que a mudança ocorra, precisam ser construídas vias de trânsito, observando o que está posto e pode ser melhorado, assim como incluir outros pontos que estão ausentes, mas que fazem parte das demandas da sociedade que está em constante transformação.

Essa transformação é necessária por entender que o currículo não é um documento estático, feito a partir de uma realidade e, portanto, acabado. Pelo contrário, ele se caracteriza pelo fato de contemplar as necessidades presentes em cada contexto e a partir dessa realidade, definir conteúdos e toda estrutura pedagógica que vai direcionar o processo de ensino/aprendizagem. Ele não é inerte e imutável, mas está em constante movimento. Movimento esse, sempre



pautado em planos de governos transitórios, que se revezam no poder e que muitas vezes se colocam em posições opostas em relação aos avanços necessários no currículo, com relação por exemplo, à educação multicultural. Por esse motivo a diversidade cultural vive altos e baixos, oscilação comum à educação brasileira, hora com avanços, hora com retrocessos. Então, qual o caminho a seguir?

Incluir os pontos ausentes, negligenciados historicamente no currículo escolar e transformar esse modelo de inclusão, como política de estado que é fixa e permanente. Não como políticas de governo que é pautada na transitoriedade e descontinuidade. Em relação ao currículo escolar em si e na prática cotidiana de cada escola,

Bastará revisar os conteúdos mínimos que são regulamentadas pelas administrações educacionais e as programações realizadas pelas escolas e professores e incluir perspectivas multiculturais em partes de determinadas áreas ou em algumas delas, como as Ciências Sociais e a linguagem, por exemplo. Seria introduzido aquilo que atualmente não faz parte do currículo ou se suprimiram certos estereótipos culturais ou, ainda, se tornariam plurais visões etnocêntricas, dando aos conteúdos uma perspectiva diferente (SACRISTÁN, 1995, p. 85).

Dito isso, Sacristán reconhece as dificuldades que se apresentam na implantação da diversidade cultural no currículo escolar, mas também aponta alguns caminhos que podem ser tomados como princípio de uma mudança necessária. Ademais, “o currículo é, assim, um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recreação e, sobretudo, de contestação e transgressão” (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 28).

Educação Escolar Quilombola como possibilidade de inserção da diversidade cultural

Antes de adentrar no tema específico da educação quilombola, precisamos entender, ainda que de forma superficial, o que é o quilombo. Uma das explicações que a antropologia adota para melhor defini-lo em uma linguagem contemporânea é:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p. 2 *apud* BRASIL, 2013, p. 429).

Essa definição nos traz um pouco sobre a visão contemporânea da palavra quilombo. Munanga e Gomes (2004, p. 72), nos apresentam um conceito por meio do qual vemos que “a palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo”. Por fim, o Decreto nº 4887/2003, agora na contemporaneidade, define os quilombos como sendo os “[...] grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2013, p. 432). Após o esclarecimento sobre o espaço em que se discutirá a diversidade cultural no currículo escolar, partimos para a discussão desse espaço como possibilidade de um novo paradigma.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), documento que orienta o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino no Brasil, trazem em seu bojo de instruções, informações indispensáveis para o



conhecimento a respeito da educação escolar quilombola. Como diretriz nacional, ela também é fonte de onde se origina uma ramificação, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, que consiste em uma normativa específica para esse contexto de ensino. As diretrizes percebem a necessidade de a educação ser trabalhada nas comunidades quilombolas, partindo de suas próprias especificidades, como a cultura, as crenças, o modo de vida, e isso implica pelo menos no campo teórico em um avanço significativo em relação a inserção da diversidade cultural no currículo escolar.

Sendo assim, vemos que as diretrizes gerais partem de um princípio que valoriza a educação no contexto das comunidades, observando minúcias que podem fazer total diferença na estrutura do currículo e no fazer pedagógico dessas escolas que se encontram dentro dos territórios dos quilombos. Como cita as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

A Educação Escolar Quilombola organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se de memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2013, p. 447).

Ainda sobre o tema, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação quilombola asseveram que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2012, p. 1).

Num primeiro momento, ao observar essas normas, parece que estamos caminhando a passos largos para a inserção da diversidade cultural nos currículos, a começar daqueles constituídos nas escolas dos territórios quilombolas. Porém não é bem assim que as coisas funcionam na realidade. Se por um lado as DCNs aproximam o currículo da realidade social e cultural dos moradores do quilombo, por outro, as prendem em uma única realidade que vai ser transmitida para futuras gerações, de forma unitária, homogênea, e pasmem, sem muito compromisso com a variedade. Quando falamos em diversidade a partir de afirmações de Sacristán (1995), Moreira e Silva (2008) pensamos na ideia de variedade. Assim apenas concentrar o currículo engessado e preenchido apenas com os aspectos sociais e culturais locais, ainda que seja importante estar presente, não atende a demanda que se pretende, através da proposta da diversidade cultural. A diversidade é composta, sobretudo, por características que se identificam com a heterogeneidade, múltiplas abordagens, com a presença de várias possibilidades. Deste modo, se distanciam no tempo e no espaço das características da homogeneidade que os currículos vêm apresentando ao longo da história educacional brasileira.

Embora não se apresente de forma multicultural no currículo da educação escolar quilombola, há uma aproximação entre o currículo e a cultura desde a criação desse campo de estudo na educação. Num primeiro momento para perpetuar aquela cultura na qual se acredita ser a melhor, posteriormente para satisfazer as necessidades de dominação. Mas também é inegável que

As relações entre currículo e cultura se desenvolvem no decorrer da história na forma de resistência e luta. Por isso, o currículo não pode ser estudado separadamente da cultura, pois os dois se interligam formando assim, uma transmissão da teoria educacional na sociedade (CARMO; FURTADO, 2021, p. 1).

Com base nessa afirmação, podemos perceber que a cultura e o currículo na educação, caracterizam uma relação de resistência histórica, assim como a própria história de formação e continuidade dos quilombos



contemporâneos. Por isso mesmo, é que devemos confluir em direção a garantir no currículo escolar a possibilidade de agregar a cultura local como fonte primária e contextualizada do local onde se está, assim como incluir as outras que também são observadas na sociedade como um todo. Observem que o objetivo da diversidade cultural no currículo escolar não é promover uma em detrimento da outra, mas apresentá-las como existentes e coesas em igualdade valorativa. Todas dentro de suas especificidades e por isso mesmo, importantes para o currículo escolar.

A abordagem da diversidade cultural na escola se realiza, portanto, a partir do encontro de nossos valores simbólicos, sociais, econômicos, culturais e do outro, (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), o diferente. Por fazer parte de uma construção sócio-histórica imersa na cultura, tratando-se especificamente da diversidade étnico-racial, torna-se cada vez mais necessária a revisão de determinados padrões éticos, estéticos e formativos (SILVA, 2011, p. 14).

Ora, se as DCNs abordam a questão cultural local das comunidades remanescente de quilombo, pode ser visto como um ponto de partida para observação da diversidade cultural? Sim, porém não dada como uma iniciativa de isolamento cultural e social. Mas tomado como a possibilidade de incluir outras culturas dentro de uma muito bem estabelecida ao longo da história. Isto é, ao passo que se integram a cultura ocidental na comunidade, o caminho contrário também pode ser feito, uma vez que o currículo mesmo em comunidades quilombolas nunca perdem a essência do modelo original de quem o idealiza, e, portanto, sempre traz com força os traços culturais e sociais dominantes.

Por essa razão um bom ponto de partida seria considerar a cultura popular como aquele terreno de imagens, formas de conhecimento e investimentos afetivos que definem as bases para se dar oportunidade a 'voz' de cada um dentro de uma experiência pedagógica (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 105).

Portanto, é importante destacar que a desconstrução e (re)construção da convivência social e de outros modos de inter-relação social é possível. Sobre este aspecto: "a educação quilombola busca a legitimação de vivências e experiências pautadas no respeito à diversidade cultural" (GOMES, 2017, p. 78 *apud* OLIVEIRA; SANTOS; CAMPOS, 2021, p. 137).

Debates contemporâneos sobre currículo e diversidade cultural

É importante citar que desde o surgimento do currículo como campo de investigação, a sociedade passou por várias transformações, períodos de desenvolvimento e duas mudanças de século, se tomarmos como referência de seu surgimento o século XIX, como muitos afirmam. Um dos fatores que está em debate na atualidade é questão do reconhecimento e valorização da diversidade em todos os aspectos. Ora, o currículo surge num contexto de concentração de poder, marginalização das minorias, segregação racial e muitas outras mazelas da sociedade, porém, na contemporaneidade ele se encontra em um período de emancipação social, luta por igualdade de gênero, inclusão, direitos das minorias, enfim é nesse contexto que

A diversidade cultural, como corpo teórico e campo político, está sendo estudada com intensidade na atualidade para se tentar compreender a sociedade como constituída de identidades plurais, com base na diversidade de raças, gêneros, classes sociais, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros marcos identitários. (OLIVEIRA; SANTOS; CAMPOS, 2021, p. 141).

Conforme os autores citados acima, hoje a compreensão do currículo precisa partir da ideia da pluralidade na qual a sociedade está constituída. Trabalhar o currículo escolar e conseqüentemente a educação, sem observar esses critérios, torna o currículo sem função social, pedagogicamente fora do contexto da realidade existente.

A reflexão em torno da cultura como construção sócio-histórica tem feito parte dos principais debates da educação. O tema ganha notoriedade, também, nos diversos espaços sociais, acadêmicos,



mediáticos, dentre outros. Percebe-se que um discurso de tolerância é confrontado com outro que diz respeito à afirmação dos direitos civis, sociais, políticos e identitários de reconhecimento e de respeito ao direito à diferença (SILVA, 2011, p. 14).

É a partir da conquista desses direitos, que possibilita o debate dessa realidade também fazer parte da cultura escolar, como marco educacional de emancipação do currículo, nos parâmetros defendidos por Paulo Freire, ou seja, a educação tem que ser autônoma e emancipada. Neste sentido, a diversidade cultural passa a ser uma possibilidade real para atender essa demanda necessária, porém será necessária uma forte dedicação por parte daqueles que dirigem a educação nacional, do contrário, a iniciativa de implantar a diversidade no currículo não passará de um desejo de uma minoria que milita por esses anseios. Ressalta-se, que aqueles que defendem a necessidade da educação multicultural, acreditam que

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem (GOMES, 2007, p. 18).

É importante destacar a participação dos docentes nesse processo de discussão, visto que são impactados com qualquer proposta de mudança no cenário da educação, e isso também reflete diretamente no seu fazer pedagógico. Mas sua importância se dá não apenas por esse motivo, mas também, para refletir também acerca desses movimentos necessários dentro do currículo escolar. Ademais, para entender sobre a importância de a diversidade cultural estar no cenário não apenas dos debates que permeiam o currículo, mas da realidade educacional brasileira. Neste sentido, a percepção dos docentes tende a reconhecer que “uma educação libertadora necessita que esteja inserida em seu contexto os diversos valores culturais, as experiências, saberes, estratégias e valores construídos pelos diversos grupos sociais ou classes oprimidas” (SANTOMÉ, 1995).

Além disso, podemos dizer que:

Os argumentos sustentadores do currículo multicultural conectam-se com a filosofia que fundamenta a educação geral: a função básica dessa não é a de introduzir os estudantes ao conhecimento acadêmico, ordenado de acordo com a lógica disciplinar, mas capacitar a todos os indivíduos com uma série de conhecimentos, habilidades e valores que lhes permitam entender a sociedade e a cultura na qual vivem, participar nela responsabilmente e melhorá-la. Nesse objetivo geral cabe o que se conhece como “alta cultura”, que condensa a melhor tradição dos grupos humanos, mas é necessário levar em conta também a vida real, os costumes dos homens, os problemas que afetam a todos, os conflitos, as crenças que explicam e orientam suas vidas, todas as formas de expressão que utilizam (SACRISTÁN, 1995, p. 105).

Para Sacristán (1995), uma proposta que se compromete a atender as necessidades da diversidade cultural no currículo escolar, precisa entender que não basta apenas modificar conteúdos e mudar a dinâmica das aulas. A mudança é estrutural, ou seja, no primeiro momento precisa ser mudada a lógica de dominação do currículo. Em segundo lugar, permitir que os vários grupos da sociedade se sintam contemplados. Em seguida, organizar os conteúdos para que a mudança seja efetivada através do trabalho pedagógico e por fim possibilitar a emancipação da educação, de forma que ela se apresente de maneira autônoma.

A luta pelo direito a educação e por meio dela à igualdade, ganham eco nos movimentos sociais, nas lutas de classe, nos grupos minoritários e culminam nas políticas públicas educacionais, que possibilitam a inserção dessas demandas sociais. Neste contexto, se aplica a luta pela diversidade cultural no currículo. A barreira a ser vencida na luta pela superação do modelo curricular vigente se concentra na possibilidade de reconhecer a diversidade cultural como um elemento inseparável da identidade nacional e regional de seus educandos, pois esse reconhecimento depende da superação de qualquer tipo de preconceito e ensina o aluno a valorizar as especificidades dos grupos que compõem sua escola, seus vínculos afetivos e a sociedade.



A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos (GOMES, 2007, p. 17).

Ao chegar a esse ponto, aprendemos com base nas observações acima que essas diferenças só são perceptíveis no campo da cultura quando nos colocamos em um ponto de observação entre o eu e o outro. A partir dessa nova perspectiva visual, conseguimos nos identificar e perceber a identidade daquele que é diferente de nós. Perceber essa diferença não nos faz menor ou pior do que o outro, mas permite reconhecer outra realidade que está posta na sociedade que me cerca. Portanto do ponto de vista da inclusão da diversidade cultural no currículo escolar, permitir essa realidade no processo educativo não significa descaracterizar aquela que já é trabalhada na educação. Mas sim, permitir que outras que historicamente tem sido silenciada, façam parte da estrutura curricular que é apresentada aos alunos desde a educação infantil.

Por fim destacamos que todo movimento de mudança de concepção de sociedade, que possa construir com os princípios de igualdade, equidade e valorização dos variados grupos que a constituem, não podem desconsiderar que a educação é a ferramenta mais adequada para começar esse processo. E como ferramenta de transformação e preparação do ser humano para viver em sociedade, a mudança de seu currículo escolar que contempla não apenas a diversidade cultural, mas todos os segmentos variados de sua organização social se tornam emergentes. Não sabemos quando, nem por quem essa transformação virá. Mas, como diz Sacristán (1995, p. 110), “um currículo planejado a partir desse mapa dará uma perspectiva mais completa do que é uma sociedade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre o currículo e suas funções desde sua origem como campo de investigação, nos levou a refletir sobre sua importância no processo pedagógico. Percebemos desde o princípio que o currículo surge como uma intenção pedagógica na educação e para cumprir demandas da sociedade na qual fora idealizado. Ao longo dos anos foi-se questionando se aquela forma usual era a mais adequada para o sistema educacional que tem por função preparar o indivíduo para viver em sociedade.

Ficou entendido que o currículo da educação até então vigente estava a serviço da classe, cultura e valores sociais dominantes, logo não poderia atender a sociedade como um todo. Surge então a visão crítica do currículo, contrapondo-se a visão tradicional. A visão tradicional tratava o currículo escolar como uma forma de perpetuação e controle dos valores sociais e culturais de uma forma homogênea, desconsiderando qualquer tipo de manifestações diferentes daquelas “aceitas” como válidas. Já a visão crítica, surge como questionamento da visão tradicional, e tem a visão do currículo escolar como uma ferramenta de agregação de valores sociais e culturais diversos, existentes na configuração da sociedade.

É nesse cenário de crítica sociológica do modelo tradicional do currículo que se abre a possibilidade de discussão da diversidade cultural no currículo escolar. Ressalta-se ainda que defendemos a inserção da diversidade de todos os tipos no currículo escolar, porém nesse momento de estudo nos propomos a discutir a diversidade cultural. A discussão ao longo do artigo trouxe também a educação escolar quilombola como possibilidade de inserção da diversidade cultural no campo do currículo, isso porque as DCNs trataram o currículo das escolas do quilombo como campo específico para trabalharem a cultura local, dando lhes uma visibilidade que não é dada em outros ambientes.

Assim percebemos que mesmo quando as DCNs tentam incluir a diversidade cultural, perde-se na dinâmica da visão tradicional do currículo, isto é, na transmissão unitária e homogênea dos valores sociais historicamente construídos. Por fim acreditamos que esse debate é amplo e permeia várias nuances que precisam ser observadas, para enfim chegar ao seu objetivo que é a inclusão da diversidade cultural no currículo escolar. Ademais, o estudo possibilitou discutir a



necessidade de tomar o currículo como uma forma de inclusão e não como ferramenta de exclusão de segmentos sociais que constituem a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRASIL. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.
- CARMO, E. S. FURTADO, L. S. Currículo e a cultura: Um Estudo acerca do contexto histórico da educação. **ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.** 8743 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte. 2021. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8743>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- GOMES, N. L. **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em 20 jan. 2023.
- HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e curriculum.** Teoria & Educação, n. 6, p. 33-51, 1992.
- MOREIRA, A. F. SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade.** 10 ed. Tradução de Maria Aparecida Baptista. São Paulo: Cortez. 2008.
- MUNANGA, K. GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. 2004.
- OLIVEIRA, N. B. SANTOS, M. S. CAMPOS, M. A. S. A diversidade cultural como direito na educação quilombola no Brasil: Perspectivas e desafios da formação continuada dos professores na Educação Básica. **Revista Latino-Americana De Estudos Científico.** v. 2. p. 135-145. 2021. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ErVns9gNX_EJ:https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36096&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 23 de jan. de 2023.
- SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T. MOREIRA, A. F. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes. p. 82-113. 1995,
- SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes.p. 159-177. 1995.
- SILVA, N. A diversidade cultural como princípio educativo. **Paidéia.** Belo Horizonte- MG. n. 11. p. 13-29. 2011. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1307>. Acesso em: 10 dez. 2022.

